

GÊNESE DE UMA ESCOLA CATÓLICA E ESTRATÉGIAS FEMININAS NO MARANHÃO NOVECENTISTA

MARIA APARECIDA CORRÊA CUSTÓDIO

RESUMO

O artigo apresenta os contextos de criação da Escola Santa Teresinha, a instituição particular mais antiga de Imperatriz (MA), fundada pelas capuchinhas brasileiras em sintonia com seus diretores espirituais italianos. O projeto alinhava-se à Reforma da Igreja Católica e favorecia sua política de fomentar a adesão dos fiéis e recrutar novas gerações pela via da educação escolar. Decorreu de um momento crucial para as mulheres religiosas: processo de autonomia administrativa de sua congregação, o que lhes permitiu utilizar estratégias para expandir seus trabalhos. Em termos mais amplos, o presente estudo aponta que, a partir desse campo de observação, se veem vestígios da construção de uma rede educacional organizada pela Igreja no interior maranhense, suprimindo a ação do Estado e implantando escolas elementares com fins religiosos.

Este artigo é resultado de estudos vinculados ao projeto de pesquisa intitulado "Fontes Primárias em História da Educação Sul Maranhense", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - Fapema.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO • ESCOLA CATÓLICA • MULHERES •
MARANHÃO

THE GENESIS OF A CATHOLIC SCHOOL AND FEMALE STRATEGIES IN THE 20TH CENTURY MARANHÃO

ABSTRACT

The article presents the context of the foundation of Santa Teresinha School, the oldest private institution of Imperatriz (state of Maranhão), founded by the Brazilian Capuchin Poor Clares in tune with their Italian spiritual directors. The project was in line with the reform of the Catholic Church and favored its policy to promote faithful adherence and recruit young generations through education. It was the result of a pivotal moment for the religious women: a process of autonomy in their congregation which allowed them to use strategies to expand their work. On the whole, the present study shows that, based on that observation, one can see traces of the construction of an educational network organized by the Church in rural Maranhão, supplementing the work of the State and setting up elementary schools with religious purposes.

HISTORY OF EDUCATION • CATHOLIC SCHOOL • WOMEN •
MARANHÃO

GÉNESIS DE UNA ESCUELA CATÓLICA Y ESTRATEGIAS FEMENINAS EN EL MARANHÃO NOVECENTISTA

RESUMEN

El artículo presenta los contextos de la creación de la Escola Santa Teresinha, la institución religiosa privada más antigua de Imperatriz (Maranhão), fundada por las Hermanas capuchinas brasileñas en sintonía con sus directores espirituales italianos. El proyecto se alineaba a la Reforma de la Iglesia Católica y favorecía su política de fomentar la adhesión de los fieles y reclutar a nuevas generaciones por medio de la educación escolar. Ello fue el resultado de un momento crucial para las mujeres religiosas: el proceso de autonomía administrativa de su congregación, lo que les permitió utilizar estrategias para expandir sus trabajos. En términos más amplios, el presente estudio señala que, desde este campo de observación, se ven vestigios de la construcción de una red educativa organizada por la Iglesia en el interior del estado de Maranhão, supliendo la acción del Estado e implantando escuelas elementales con fines religiosos.

HISTORIA DE LA EDUCACIÓN • ESCUELA CATÓLICA • MUJERES •
MARANHÃO

ESTE ARTIGO APRESENTA PARTE DOS RESULTADOS DE UMA PESQUISA QUE TEVE COMO foco o levantamento, o ordenamento e a constituição de um acervo de fontes primárias para entender e interpretar os contextos de criação, organização e crescimento da Escola Santa Teresinha, a instituição particular mais antiga da cidade de Imperatriz (MA).¹ Como afirma a ex-aluna e escritora imperatrizense Edelvira Marques de Moraes Barros (1984, p. 9):

A cidade era pobre e as dificuldades muito grandes. A manutenção das Irmãs era feita com muita dificuldade. Os móveis da Escola foram improvisados. As carteiras feitas com caixas de querosene, mas tudo se arrumou e o primeiro dia de aula aconteceu no dia 03 de agosto do mesmo ano com externato e internato.

Apesar da precariedade, foi a Escola Santa Teresinha a primeira escola estruturada que, aqui, funcionou. A escola era dotada de salas de aulas, sala de prendas domésticas, capela, área de recreação, banheiros, lavanderia, rouparia, refeitório, dormitório e outros.

Com este estudo, espera-se recuperar parcela da história da educação sul-maranhense e contribuir com a incipiente historiografia de congregações religiosas femininas nascidas no Brasil. Por essa razão, a linha teórico-metodológica adotada privilegiou a análise não somente da constituição do estabelecimento, mas também da trajetória das

1

As fontes manuscritas da Escola Santa Teresinha foram capturadas e cedidas pelo Grupo de Estudos Cultura Escolar, Práticas Curriculares e História da Disseminação dos Saberes Escolares, da Universidade Federal do Maranhão - CEPCHASES-UFMA.

freiras que fundaram e dirigem até a atualidade – as Irmãs Missionárias Capuchinhas –, considerando a relevância, para a história da educação, de estudos sobre o cotidiano e os contextos que envolvem os agentes educacionais, e não apenas a história das instituições que estes criam (LEONARDI, 2010; CUSTÓDIO, 2014).²

A iniciativa das capuchinhas de abrir uma escola elementar em Imperatriz, que mais tarde configurar-se-ia na “Santa Teresinha” – como é mais conhecida na cidade – hoje atendendo vários níveis de ensino (da educação infantil ao ensino médio), foi concebida como parte integrante da missão dos padres capuchinhos italianos no Maranhão, a quem elas se atrelavam, pois sua congregação fora fundada por eles na cidade de Belém do Pará, em 1904 (SILVA; CASTRO, 2004). Cumpre dizer que o projeto foi idealizado pelo frei João Pedro de Sexto São João (atualmente em processo de canonização), que recrutou leigas cearenses da Ordem Terceira de São Francisco de Assis para constituir o grupo fundador, que contava ineditamente com uma mulher afrodescendente, exceção à regra da maioria das congregações religiosas que, acatando as recomendações da Igreja, proibia o ingresso de mulheres negras (BEOZZO et al., 2009).

Para além da política missionária dos capuchinhos, na Idade Moderna, com o advento da Reforma, a Igreja Católica fomentou sobremaneira a adesão de seus fiéis para evitar a migração para o protestantismo.³ No Brasil, na segunda metade do século XIX, os bispos já estavam preocupados, de um lado, com o avanço do protestantismo e, de outro, com a reforma do catolicismo. Essas são algumas das razões que explicam o investimento na vinda de congregações religiosas para o país e o apoio àquelas nascidas aqui, preferencialmente, para atuar na instrução da juventude por meio da fundação de colégios, o que permitiria o recrutamento e a manutenção da adesão das novas gerações (HILSDORF, 1977; WERNET, 1987).⁴

Assim, a *novel* congregação feminina estaria realizando uma missão alinhada aos porta-vozes da Igreja nas terras maranhenses, os padres capuchinhos, que na época muito se importavam com a penetração e o estabelecimento do protestantismo e das “tendas espíritas” nas cidades de São Luís, Pinheiro, Pedreiras, Barra do Corda, Caxias, Carolina, Grajaú, Imperatriz e outros locais – sem contar o “espírito maçônico” que encontrava adeptos entre a elite maranhense. Para combatê-los valiam as missões, a instrução e a catequese (NEMBRO, 1955, p. 35-46).

Notável é que esse embate estava presente no imaginário e nas práticas religiosas dos agentes católicos de Imperatriz e atravessou décadas, como mostra o livro de tomo da paróquia Santa Teresa d’Ávila, primeira igreja da cidade, dirigida pelos capuchinhos italianos quando as capuchinhas brasileiras fundaram a Escola Santa Teresinha, o que explica a proximidade física e a relação direta entre igreja e escola.

Em 1930, durante as “Santas Missões”, segundo o relato do vigário, “o pequeno grupo de protestantes achava-se bem humilhado diante do

² Para cobrir essa dimensão, foram apreendidos materiais do Arquivo Histórico da Casa Geral das Irmãs Missionárias Capuchinhas, localizado em Fortaleza (CE), especialmente subsídios que registram a memória da congregação e de seus colégios, os quais podem ser considerados fontes primárias impressas.

³ O conceito de adesão *versus* migração é extraído do pensamento de Certeau (2010, p. 23-40): “As instituições produzem hoje mais emigrados do que meios-soldos”. Por que migram? Parece ocorrer uma “recusa da não significação”, ou seja, as instituições e as representações teriam se tornado “não críveis”.

⁴ A Reforma (protestante) e a Contrarreforma (católica) constituem um dos fatores que explicam o interesse subitamente aumentado pela formação de jovens no período da Renascença, quando católicos e protestantes passaram a disputá-los e a educação era a principal arma desse combate (DEBESSE, 1977).

muito povo que frequentava a igreja e que tomava frente nas procissões”. Em 1932, na procissão de encerramento do mês mariano, um “ministro protestante” queria estampar um cartaz com “dizeres protestantes”, mas foi detido pelo delegado de polícia. No mesmo ano, surgiram querelas entre o juiz de direito e o grupo de um suposto complô (padre, prefeito e delegado) contra dois ingleses (“ministros protestantes”) que evangelizavam no município. A opinião pública ficou dividida e se manifestou por meio de abaixo-assinados, com exceção dos “principais de Imperatriz”, que ficaram “indiferentes”, não se aliando aos católicos “por medo do juiz” (LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA SANTA TERESA D’ÁVILA, p. 19, 28, 30-31).

Em 1956, seria a vez de as freiras escreverem, indicando a permanência da mesma questão:

Com muito prazer, demos uma longa caminhada, a fim de abrir um centro catequético no lugar denominado de “Boca da Mata”, distante da cidade onde a maior parte dos habitantes são protestantes. Matriculamos 44 crianças. Temos verificado o aumento de crianças. Contamos na segunda visita a este lugar 56 crianças sem contar os adultos que também participam do ensino de catecismo. (LIVRO DE TOMBO DA ESCOLA SANTA TERESINHA, v. 2, p. 50-51)

Nesse contexto, as estatísticas paroquiais da década de 1930 (período de implantação da Escola Santa Teresinha), apresentadas na Tabela 1, induzem a pensar que, aparentemente, os padres não teriam razões para se inquietarem com o pequeno número de protestantes do lugar, uma vez que os católicos eram maioria absoluta. Entretanto, apesar da hegemonia católica, o protestantismo não chega a ser extirpado, o que possivelmente incomodava a hierarquia do catolicismo. Por outro lado, eles poderiam se alegrar com a suposta perda de adeptos do espiritismo? Ou, o que é mais provável, as pessoas que praticavam essa religião não haviam se declarado?

TABELA 1
SISTEMATIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS PAROQUIAIS DE IMPERATRIZ-MA - 1931-1936

PERÍODO	N. CATÓLICOS	N. PROTESTANTES	N. ESPÍRITAS
1931-1932	12.000	30	60
1932-1933	12.000	35	60
1933-1934	12.500	25	40
1934-1935	13.000	40	20
1935-1936	13.500	35	18
1937	13.500	50	15

Fonte: Livro de Tombo da Paróquia Santa Teresa d’Ávila (p. 29, 37, 42, 46, 48 e 51).

De qualquer forma, uma das saídas para esse combate parecia ser a de investir na escolarização e na formação religiosa de crianças e jovens. Nesse sentido, a Escola Santa Teresinha é exemplar. Mas, antes de abordar essa questão, é preciso discutir a função socioreligiosa dessa escola.

FUNÇÃO SOCIORRELIGIOSA DA ESCOLA

Do ponto de vista sociocultural, a Escola Santa Teresinha atenderia aos anseios de escolarização da população com maior poder aquisitivo da cidade de Imperatriz e região. Prova disso é a constante alusão a “pessoas de destaque” da sociedade, pais e parentes de alunas e alunos e, ainda, autoridades civis (prefeito, juiz, etc.), que povoam os livros de tomo da escola quando estes relatam rituais de encerramento do ano escolar, formaturas, cerimônias religiosas prestigiadas pelos alunos e cortejos à superiora geral quando ela visitava a comunidade escolar.

Embora não se tenha tido acesso aos livros de matrículas, pelos salteados “mapas paroquiais” constata-se que, na fase de implantação, a maior demanda da escola era para o regime de externato feminino: 69 meninas (1930); 44 (1933); 65 (1934); 62 (1935); 54 (1936); 47 (1937). Em segundo lugar, vinha o externato masculino: 36 meninos (1930); 42 (1933); 4 [?] (1934); 36 (1935); 29 (1936); 22 (1937). No internato feminino foram atendidas somente seis alunas em 1930-1933, sete em 1934-1935, nove em 1936 e 11 em 1937 (LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA SANTA TERESA D'ÁVILA, p. 22, 37, 42, 46, 48, 51).

Como fazem muitos colégios católicos, às crianças pobres seriam reservadas algumas bolsas de estudos: em janeiro de 1950, a superiora geral iria a Roma verificar o processo de aprovação de sua congregação pelo Vaticano e, precisando levar um álbum de fotografias dos trabalhos realizados pelas irmãs, solicitou o envio de fotos de pessoas atendidas, entre as quais “alunas indigentes”. No final do mesmo ano, a superiora escreveria às congregadas: “Em nosso Educandário, graças a Deus, [há] um bom número de matrículas gratuitas, caridade esta que devemos fazer em vistas muito elevadas. Tenhamos o objetivo de fazer bem às alunas” (LIVRO DE TOMBO DA ESCOLA SANTA TERESINHA, v. 2, p. 22).

A escola também supriria as lacunas educacionais deixadas pelo Estado, em especial no interior, que se via prejudicado pela insuficiência e precariedade do sistema público de ensino.

É preciso lembrar que, tal como muitas províncias brasileiras, o Maranhão chegara à República com graves problemas sociais e econômicos, pois a “Monarquia legou à República” um estado “anêmico e cheio de dívidas” (FERNANDES, 2003, p. 48). A questão agrava-se quando se pensa na grandeza territorial e na simultânea falta de infraestrutura que impedia a mobilidade das pessoas entre as cidades, a capital

maranhense e as demais regiões do país, dificultando as transações comerciais e afetando o desenvolvimento de vários setores, inclusive das escolas de primeiras letras, esclarece Fernandes.⁵

Nesse sentido, em 1864, foi promulgada uma lei provincial que criava cadeiras de primeiras letras para meninos e meninas, mas houve muitas dificuldades para se efetivar essa legislação, tais como atrair e encontrar candidatos aptos para os concursos do interior e mantê-los nas cadeiras para as quais eram designados, pois o grande desejo dos professores era trabalhar na capital. Por esse motivo, depois da nomeação, eles geralmente pediam transferência para vilas próximas de São Luís, esperando chegar ao destino almejado; outros solicitavam exoneração, talvez desmotivados também pela baixa remuneração (CRUZ, 2012, p. 18-27).

Para se ter uma ideia da grave situação que assolava algumas regiões do interior, em Imperatriz (local de difícil acesso naqueles tempos e distante de São Luís), o primeiro concurso para a cadeira masculina foi realizado em 1866. Porém, somente em 1871 houve um professor que, de fato, lecionou com “relativa estabilidade” até 1875. De 1876 a 1883, ocorreu um verdadeiro “desfile de professores interinos”; em 1884, um professor foi aprovado em exame e provido na cadeira; após essa data os relatórios de presidentes da província não trazem mais nenhum registro sobre essa questão. Nos primórdios republicanos, um professor foi nomeado interinamente em 1896, mas pediu exoneração em 1898; em 1901, outro professor interino também solicitou exoneração (CRUZ, 2012).

Assim, nas regiões interioranas percorridas pelos capuchinhos italianos no final do século XIX e início do XX, a carência de instrução era patente e o analfabetismo representava uma barreira para a catequese, fazendo com que eles chegassem aos lugares e edificassem uma igreja e uma escola – ou uma igreja e uma escola funcionando dentro dela –, iniciativa repetida nos estados do Piauí, Ceará e Pará, conforme atesta a historiografia da ordem (NEMBRO, 1955, 1957, 1998). Na verdade, os freis construía escolas, pequenas enfermarias, estradas, etc., fazendo de tudo um pouco e exercendo ofício de professores, médicos, farmacêuticos, engenheiros e pedreiros.

5

O livro de Fernandes, *Administrações maranhenses*, publicado em 1929, é um clássico da literatura regional e apresenta um repositório de informações muito bem documentadas que possibilitam uma visão abrangente da conjuntura maranhense do período.

FIGURA 1

SALA DE AULA NA IGREJA DE PARANÁIBA (PI) – S.D., C. SÉC. XX



Fonte: Arquivo Histórico dos Padres Capuchinhos de São Luís (MA).

Evidentemente, a prioridade dos frades não era a educação escolar, mas eles consideravam que, para realizar a missão catequética, era preciso instruir o povo. Essa ideia, implícita no pensamento capuchinho (feminino e masculino) em relação à sua missão no Maranhão e nos territórios vizinhos, segundo depoimentos informais de religiosos dos arquivos históricos visitados, foi materializada por meio da criação de “pequenas escolas religiosas”, que podem ser entendidas na mesma acepção trabalhada por Hilsdorf (2006), quando analisa a educação rudimentar na Europa dos séculos XVI e XVII: trata-se de uma escola com fins religiosos.

Portanto, essa tese vem de longa data na história da educação, que reúne vários exemplos de iniciativas desse tipo, a começar pelos movimentos populares heréticos: John Wycliffe (1320-1384), na Inglaterra, e Jan Hus (1374-1415), na Boêmia (parte da atual República Tcheca), contribuíram com a difusão da instrução com fins religiosos – aprender a ler para ler a Bíblia sem a mediação do clero. Nessa linha, o reformador Lutero (1483-1546) promoveu a luta pela instrução popular, que se intensificou e radicalizou na Alemanha, apelando às autoridades para investir no ensino público e recomendando ensino obrigatório (EBY, 1962; MANACORDA, 1989).

Da parte dos católicos, confrarias da Doutrina Cristã ministravam catequese e ensinavam as crianças a ler desde o início do século XVI, fazendo surgir congregações docentes no final desse século. Essas confrarias passaram a contar com o apoio do Concílio de Trento (1545-1563), já que as pequenas escolas populares podiam garantir não somente a

difusão, mas também a conservação da doutrina conciliar, algo importante para combater a reforma protestante (HILSDORF, 2006).

No Maranhão, as pequenas escolas populares dos capuchinhos – do ponto de vista das estratégias dos religiosos – também ajudariam a implantar o catolicismo romanizado e a combater protestantes e espíritas.⁶ Testemunho disso é o registro paroquial de 10 de julho de 1930: o frei Thomaz de Stezzano, voltando de uma visita a Porto Franco, situado nas proximidades de Imperatriz, teria observado que:

O Protestantismo pregado nessa cidade por dois ministros (Thaudre e Natividade) não faz prosélitos entre as pessoas grandes, mas principal perigo está na escola protestante que é frequentada por filhos de muitas famílias que se dizem católicas, de modo que se faz urgente a ereção de uma escola católica gratuita para impedir o progresso do protestantismo.

Porto Franco minado durante muitos anos pelo espiritismo e ultimamente dominado por uma aula protestante, mais do que Imperatriz, precisa de Santas Missões. (LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA SANTA TERESA D'ÁVILA, p. 18-19)

Para dar conta de tais façanhas, os capuchinhos – deliberadamente – estabeleceram parceria com as capuchinhas nos sítios cobertos pela missão; às vezes delegando às irmãs tarefas catequéticas e educacionais; outras vezes apoiando a inserção delas em lugares onde eles já estavam atuando.

Essa última prática parece ter sido o caso de Imperatriz, com base nos indícios e contextos de criação da Escola Santa Teresinha que se tornou emblemática, pois seus processos ocorreram em uma fase crucial para as capuchinhas: autonomia administrativa da congregação em relação aos seus padres-tutores e decorrente utilização de práticas estratégicas para promover o crescimento de sua corporação.⁷

CONTEXTOS DE CRIAÇÃO DA ESCOLA SANTA TERESINHA

Os contextos de instalação das capuchinhas na cidade de Imperatriz e a respectiva fundação de uma escola elementar remetem a um momento em que a congregação passava por um relevante processo de emancipação e de expansão de suas atividades permeado pelas questões de gênero. Além disso, esse processo é um exemplo de que a preservação da memória de uma congregação ou de uma instituição criada por ela é construída historicamente e reconstituída de acordo com interesses em pauta de seus atores sociais.

⁶ Utiliza-se neste estudo o conceito ceriteusiano de estratégia: "são ações que, graças ao postulado de um lugar de poder [a Igreja; a congregação] elaboram lugares teóricos - sistemas, doutrinas e discursos totalizantes - capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem" (CERTEAU, 2009, p. 93).

⁷ Trabalha-se segundo a perspectiva do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989): das fontes utilizadas, apreendem-se indícios que, à primeira vista, parecem imperceptíveis se seus pormenores ou pistas mínimas não são cuidadosamente perseguidos e examinados à luz de uma literatura especializada.

Diz o primeiro livro de tombo da Escola Santa Teresinha (v. 1, p. 1) que:

Aos 24 de Julho de 1926 chegaram a esta cidade de Imperatriz as venerandas Irmãs Judith Maria de Fortaleza, Agueda Maria de S. José e Eleonora Maria de Quixeramobim, destinadas pela Santa Obediência a fundarem uma casa religiosa e uma escola para alunos de ambos os sexos.

A data de chegada das irmãs à cidade de Imperatriz e de fundação da escola é uma questão controversa, já apontada por Cruz (2012, p. 53). Como se viu no fragmento citado, consta que as irmãs chegaram à cidade de Imperatriz em 24 de julho de 1926, e no dia 3 de agosto do mesmo ano “abriu-se a matrícula da Escola ‘Santa Teresinha do Menino Jesus’”.

O primeiro livro historiográfico da congregação, *Subsídios históricos*, também considera essa data e salienta que a ideia de fundar a referida escola foi discutida em 1922, por ocasião da criação da Prelazia de Grajaú (organismo eclesiástico que presidia os trabalhos dos capuchinhos no interior do Maranhão), mas operacionalizada somente em 1926: “Não obstante todo o empenho de Dom Roberto, somente quatro anos depois nossas Irmãs chegaram a Imperatriz” (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1976, p. 240).⁸

Entretanto, os materiais produzidos pela equipe de irmãs, ex-alunos e professores da escola mencionam que elas chegaram à cidade de Imperatriz em 1924 e logo em seguida fundaram a escola. Esses escritos foram publicados em ocasiões comemorativas, fazendo coincidir a data de fundação da escola com a data de elevação, para município, da então chamada Vila Nova da Imperatriz.

A começar pelo subsídio publicado por ocasião da comemoração dos 60 anos de existência da escola, a ex-aluna Edelvira Marques de Moraes Barros diz que: “A 22 de abril de 1924, a Vila de Imperatriz torna-se cidade. No mesmo ano, no dia 14 [?] de julho as IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS fundam a Escola Santa Teresinha do Menino Jesus” (BARROS, 1984, p. 9, destaques da autora). Na mesma linha, a *Revista do Centenário* da congregação (2004) publicou dois artigos que afirmam que a Escola Santa Teresinha foi fundada em 1924; mas, em outro texto que ilustra a “presença das capuchinhas nas escolas”, há a seguinte legenda: “Escola Santa Teresinha; Fundada em 24 de julho de 1926”.

Por sua vez, o livro comemorativo dos 80 anos da escola afirma que:

No dia 24 de julho de 1924, a bordo da pequena lancha denominada Boa Nova, chegam a Imperatriz as missionárias capuchinhas [...] Vieram a convite de Dom Roberto Júlio Colombo de Castellanza, bispo da Prelazia de São José de Grajaú.

8 Uma prelazia rege-se por estatutos elaborados pela Santa Sé e é presidida por uma autoridade eclesiástica nomeada pelo Vaticano. É criada para promover a distribuição de padres dentro de determinada região, a fim de facilitar a realização de trabalhos pastorais e missionários (CDC, cân. 294-295).

Inicialmente, as irmãs se instalaram na Rua Grande (atual rua Frei Manoel Procópio), nº 190, numa casa desocupada de uma senhora que se encontrava na cidade de Marabá. As aulas começaram a ser ministradas nessa casa no dia 3 de agosto de 1924, com apenas dez dias de presença das irmãs na cidade. (SILVA; CASTRO, 2004, p. 26-27)

Estranhamente, esse livro traz o depoimento de uma das fundadoras da escola, a irmã Júlia Maria, que em um dos excertos diz: “Apesar de minha vista não me ajudar, venho com muito pesar dizer não ser possível satisfazer-lhe o pedido, visto não ter comigo nenhuma foto daquele tempo (1926)” (SILVA; CASTRO, 2004, p. 84).

Se for possível discutir essas controvérsias, pode-se dizer que – estrategicamente – o livro de Castilho (2004), que faz uma revisão histórica dos 100 anos da congregação utilizando uma abordagem que privilegia as questões clássicas da história institucional com base cronológica, não menciona a criação dessa escola quando se refere aos períodos de 1918 a 1924 e de 1924 a 1929.

No entanto, dessa obra apreende-se um indício relevante que chama a atenção. O ano de 1924 é um marco importante na história dessas irmãs, pois é realizado o seu primeiro “capítulo geral” e constituído o primeiro governo geral da congregação, configurando o instituto como uma “congregação com superiora geral”, cujas casas ou sucursais estariam sob o comando de uma gerência central, modelo de vida religiosa existente na Europa desde o século XVII (LANGLOIS, 1984).⁹

Como é de praxe nessas ocasiões, após o capítulo (realizado em 29 de outubro de 1924), o superior dos missionários capuchinhos entregou à nova superiora geral um balancete e uma lista das “fraternidades” (casas de irmãs) e das escolas existentes até essa data. Nesse documento não consta a escola de Imperatriz, contrariando os materiais que dizem que a “Santa Teresinha” teria sido fundada em 3 de agosto de 1924:

Nome: Congregação das Irmãs Terceiras Regulares Capuchinhas de São Francisco.

Fraternidades: 6 – Santa Cruz, no Anil [São Luís]; Orfanato Santa Luzia, em São Luís; São José da Providência, em Barra do Corda; Educandário Sagrada Família, em Grajaú; Educandário Jesus, Maria e José, em Turiacu e Instituto de Assistência à Infância, em Fortaleza.

Escolas: 5; Hospital: 1 (Instituto de Assistência à Infância) (CASTILHO, 2004, p. 65, grifos da autora).

Como se verificou, o excerto do livro de Tombo, citado no início deste tópico, narra que as irmãs foram encarregadas de uma missão

⁹ “Capítulo geral” é uma assembleia convocada por determinado período de tempo para refletir e decidir questões de extrema importância para a organização de uma instituição religiosa. Foi introduzido pelos monges cistercienses e estendido a todas as ordens e mosteiros pelo IV Concílio de Latrão, em 1215.

religiosa e escolar que, provavelmente, atendia à perspectiva de expansão de sua congregação em sintonia com os trabalhos dos frades capuchinhos na já mencionada Prelazia de Grajaú (nesse momento, para eles interessava ampliar as atividades catequéticas no interior do Maranhão e as irmãs eram suas parceiras nesse projeto).

Considerável é que a parceria entre missionárias e capuchinhos, construída na origem da congregação, ganhava um novo formato no período por iniciativa dos próprios capuchinhos: frei Roberto, bispo da Prelazia de Grajaú, e frei Estêvão, superior da missão dos capuchinhos no Maranhão durante vários mandatos, “desejavam que as Irmãs tivessem sua autonomia e, de acordo com suas próprias palavras: ‘dar um cunho próprio e maior desenvolvimento à Congregação’” (CASTILHO, 2004, p. 61). Lendo esse pensamento na contramão, pode-se imaginar que não se tratava propriamente de emancipar as mulheres religiosas, mas sim assegurar a continuidade de uma “obra” de utilidade eclesial.

De qualquer forma, como se acenou, o ano de 1924 é um divisor de águas na história dessas irmãs, pois, depois do capítulo geral e da eleição de um governo feminino, elas prescindiram da tutela direta dos capuchinhos e o instituto passou a ser de “direito diocesano”, ou seja: aprovado pela Igreja diocesana, devia prestar obediência ao bispo de São Luís, onde as irmãs estabeleceram sua sede geral na época. Assim, elas conquistaram autonomia financeira e administrativa em relação aos padres, abrangendo os seguintes aspectos:

- A partir de agora, as Irmãs dependerão financeiramente de suas respectivas Superiores locais, e todas da Superiora Geral.
- Devem fazer a administração e registro de seus próprios bens financeiros.
- A ajuda financeira para a manutenção dos Colégios dada pelo Governo Estadual ou Municipal passará a ser administrada pelas Irmãs.
- Os Frades, a partir desta data, ajudarão somente no que diz respeito à assistência espiritual, exceto quando trabalharem para as Paróquias, junto aos missionários.
- Compete à Superiora Geral aceitar ou não as candidatas.
- [...] a Missão [dos padres] poderá dar alguma ajuda financeira à Casa do Noviciado. (CASTILHO, 2004, p. 66, marcadores da autora)

Analisando o que Castilho não diz, mas permite suspeitar, pode-se supor como teriam sido as relações sociais entre as irmãs e os capuchinhos antes de 1924, de acordo com suas distintas posições de padres e de freiras dentro da Igreja Católica, cortadas pelas questões de gênero. Vale salientar que no tempo primordial da congregação há

consideráveis rastros do controle dos padres sobre as irmãs, tais como a “recomendação” de receber apenas candidatas de “cor branca”, regra que chama a atenção, pois uma das fundadoras era negra (LIVRO DE TOMBO DO INSTITUTO DOS ÍNDIOS DE BARRA DO CORDA, v. 2, p. 71). Seja por conta da apropriação dessa prescrição, na linha de se tornar semelhante àquilo que se absorve, conforme explica Certeau (2009) sobre as maneiras de empregar um produto instituído – no caso, uma regra –, seja por conta de outros fatores, nos corredores da Casa Geral das capuchinhas há um belo quadro das fundadoras, mas todas são brancas, isto é, a negra foi embranquecida!

FIGURA 2
AS FUNDADORAS E O FUNDADOR: PINTURA DE IRMÃ ANTONIA MARIA - C. SÉC. XX



Fonte: Foto da autora.

É bom lembrar que naquele período, e também em épocas recentes, cabia aos padres elaborar o saber teológico, orientar a vida espiritual das mulheres e ditar as regras da vida das freiras (ROSADO-NUNES, 1997, p. 482). Mas, de 1924 em diante, na congregação das missionárias capuchinhas, eles não teriam mais a prerrogativa de administrar bens, salários e recursos humanos. Nesse sentido, a emancipação administrativa dessas mulheres foi relevante para o futuro da congregação; provavelmente o estabelecimento delas em Imperatriz, nas demais cidades

do Maranhão e em outros estados é decorrente desses processos, assim como o considerável aumento de seu efetivo, conforme mostra Castilho (2004, p. 76, grifos e marcadores da autora):

- **Antes da autonomia:** 1904 a 1924 – **40 Irmãs**
- **Depois da autonomia:** 1930 – **83 Irmãs**
1935 – **118 Irmãs**

Certamente ancoradas na perspectiva de conquistar mais autonomia para alargar seus trabalhos e suas congregadas, orientadas por seus diretores espirituais conforme o costume daquele tempo, em 1926 elas fizeram uso de mais uma prática estratégica para conquistar sua emancipação: escreveram ao papa Pio XI, solicitando aprovação pontifícia para a congregação. Na verdade, queriam obter o “Decreto de Louvor” da Santa Sé, decreto de utilidade para a Igreja e requisito para aprovação definitiva de uma congregação pelo pontífice romano.

Por esse intermédio também poderiam prescindir da tutela do bispado de São Luís, considerando-se que as relações com Dom Otaviano Pereira Albuquerque eram tão tensas ao ponto de, durante o capítulo geral de 1928 (que acabou sendo cancelado por causa de uma dúvida em relação à forma de votação de um novo governo geral), ele fazer a seguinte advertência:

O Superior maior da Congregação era o Arcebispo e, na sua ausência, o Vigário Geral da Arquidiocese. Em relação aos frades capuchinhos, falou que deveriam continuar somente no que se referia à direção espiritual [...].

Percebe-se aqui a tensão que havia entre o Sr. Arcebispo D. Otaviano e os frades, devido às Irmãs, que embora sendo diocesanas e estarem sob a jurisdição da Diocese de São Luís e não mais do Superior da Missão – na época Frei Estêvão – não deixavam de recorrer a ele sempre que necessitassem de orientações para tomarem decisões importantes, como alargar o espaço missionário, abrindo novas casas em outros Estados. (CASTILHO, 2004, p. 70)

Percebe-se o acirramento de uma disputa entre os homens eclesiásticos relativa ao poder sobre as mulheres religiosas e sua organização, concebidas como produtoras de práticas de submissão e resignação à vontade de Deus, cujo representante por excelência deveria ser o bispo! Em meio a esse conflito, elas fizeram uso de mais uma estratégia: em 1929, transferiram sua sede geral para Fortaleza (CE), libertando-se das ingerências de Dom Otaviano.

Contudo, como relata a historiadora da congregação, as irmãs tiveram que esperar muito tempo para alcançar a anuência da Igreja

romana, devido “à exigência da Sagrada Congregação sobre o número de Religiosas para obter aprovação pontifícia: no mínimo 100 (cem) Irmãs. E, infelizmente, não chegavam a 80 (oitenta)”. Essa espera durou 32 anos, pois o decreto de louvor só foi promulgado em 1951 e a aprovação definitiva, em 1958 (CASTILHO, 2004, p. 69, 93, 102).

Como no plano das mentalidades as marcas históricas e as práticas se movem na longa duração, os processos emancipatórios desses tempos primordiais conviviam com os resquícios da formação teológica pregada pelos padres capuchinhos em nome da Igreja, pautada na ideia de obediência, princípio teológico que sustenta a teia de relações sociais dentro das organizações religiosas e faz recair sobre as mulheres o maior grau de subordinação.

É assim que se lê o fragmento supracitado da fundação da Escola Santa Teresinha: elas foram destinadas a Imperatriz “pela Santa Obediência”, materializada na voz de comando da superiora geral, mas acordada com o superior da missão dos capuchinhos. Nesse sentido, a presença condutora dos capuchinhos esteve no cotidiano da escola durante muitas décadas, por ocasião de eventos formais, conforme narram os livros de tomo:

Aos 7 e 8 de novembro de 1927: Efetuaram-se os exames na Escola “Santa Terezinha do Menino Jesus”, sob a presidência do Reverendo Superior Frei Querubim de Carpiano [e do] Major Felix Maranhão. O resultado foi satisfatório.

5 de novembro de 1928: Efetuaram-se os exames na Escola Santa Terezinha do Menino Jesus, sob a presidência do Reverendo Frei Querubim, Sr. Manuel Rocha, intendente do município, e Deocleciano Miranda. O resultado foi satisfatório.

3 de novembro de 1930: Efetuaram-se os exames na Escola Santa Terezinha do Menino Jesus, sob a presidência do Reverendo Frei Lourenço Maria de Alcântara. O resultado foi satisfatório, sendo em seguida distribuídos os boletins dos exames finais. (LIVRO DE TOMBO DA ESCOLA SANTA TERESINHA, v. 1, p. 4, 11, 22)

15 de junho de 1947: Iniciaram-se as provas semestrais deste estabelecimento com a presença do Reverendo Frei Pedro e duas moças ex-alunas.

22 de novembro de 1953: Deu-se começo às provas finais dos alunos do Educandário “Santa Terezinha”. Presidiu à mesa o nosso digno Superior Frei Epifânio [...].

1 de dezembro de 1958: Com a presença do Reverendo Padre Superior e as autoridades de nossa cidade, houve a entrega de diplomas às concluintes do curso primário e leitura de notas dos outros cursos. (LIVRO DE TOMBO DA ESCOLA SANTA TERESINHA, v. 2, p. 4, 43, 58)

PRÁTICAS RELIGIOSAS NO TEMPO ESCOLAR E NÃO ESCOLAR

Olhando melhor o que as capuchinhas fizeram a partir do que fizeram com elas naqueles tempos primigênicos, ou seja, inquirindo o sentido da educação que receberam e que ministraram na Escola Santa Teresinha, pode-se apreender vestígios de que ali funcionava, de fato, uma escola com fins religiosos, cuja linha de formação invadia a prática dos ritos religiosos no tempo não escolar. Essa questão é recorrente nos livros de tombo do período, sendo praticamente uma das únicas informações mais detalhadas a respeito da rotina escolar, o que confirma a proposição citada de que a educação religiosa era o acento principal dessa escola. É como confirma Barros (1984, p. 9): “A educação religiosa era matéria especialíssima no Currículo Escolar”.

Tanto é que festas e rituais transbordam nos manuscritos, entrelaçando vida escolar com religião e permitindo flagrar os alunos – seja no estabelecimento escolar, seja na igreja – envolvidos com: devoções marianas, sobretudo no mês de maio; culto ao Sagrado Coração de Jesus, aos santos padroeiros da escola (Santa Teresinha), da congregação (São Francisco de Assis), da juventude franciscana (Santa Rosa de Viterbo), da cidade de Imperatriz (Santa Teresa D’Ávila) e outros da agenda do catolicismo; missas de abertura e encerramento do ano letivo; ritual de “primeira comunhão” junto com crianças da catequese paroquial; comemoração de aniversários, formaturas e bodas sacerdotais e freiráticas; cortejo às autoridades religiosas. Além disso,

[...] para dotar a Escola de equipamentos, as Irmãs recorreram ao teatro, conhecidos como DRAMAS, além da ajuda financeira eles proporcionavam o desenvolvimento dos alunos, e, sobretudo, eram instrumentos vitais da catequese, pois, as peças tinham mensagens cristãs. (BARROS, 1984, p. 9, destaque da autora)

Assim, tão logo chegaram a Imperatriz, as freiras organizaram o primeiro drama (“O sangue que ora”), apresentado pelas alunas de 11 a 14 de outubro de 1926, durante os festejos em homenagem ao santo padroeiro de ordens e congregações franciscanas, São Francisco de Assis. Esse “drama” foi realizado em prol da construção de uma nova igreja matriz e arrecadou 308 mil réis (LIVRO DE TOMBO DA ESCOLA SANTA TERESINHA, v. 1, p. 2).

Vale frisar que essas e outras práticas religiosas ocupam os livros de tombo de 1926 a 1946; de 1947 a 1978 dividem espaço com as práticas cívicas, que passam a ser descritas de forma mais constante. No entanto, nos primeiros anos da escola, ao lado das devoções e rituais católicos, desenrolavam-se cerimônias patrióticas conforme se depreende da avaliação do presidente do Conselho Municipal de Ensino, registrada

no Livro de Visitantes em 1937 (p. 1). Em síntese, ele identificou o estabelecimento como “casa de educação no sentido mais amplo da palavra” e enalteceu o “culto da Pátria e da Religião” que se fazia lá.

Mas, na memória construída pelas freiras nos livros de tombo, era a atmosfera de religiosidade que pairava nessa escola...

Não se pode esquecer que toda e qualquer ação das congregações religiosas do período estava inserida no quadro de reforma da Igreja Católica no Brasil e no mundo. Portanto, as capuchinhas deveriam implantar na Escola Santa Teresinha as novas práticas devocionais promovidas pela romanização do catolicismo.

Em outras palavras, elas deveriam disseminar uma espiritualidade concentrada, sobretudo em torno de duas devoções fundamentais: ao Sagrado Coração e aos novos dogmas marianos, ambas originadas na Itália e divulgadas sistematicamente pela Santa Sé, materializadas nas aparições: “Maria é aquela que apareceu em Lourdes ou Fátima. O Sagrado Coração é aquele que apareceu a S. Margarida Maria e fez as famosas promessas” (COMBLIN, 1976, p. 597).

Ainda segundo Comblin, acreditava-se que o culto ao Sagrado Coração de Jesus, por exemplo, concedesse “vitória à Igreja no meio dos assaltos do mundo liberal ímpio”, isto é, fortalecesse os católicos (no plano simbólico) para os embates com liberais, maçons, protestantes, espíritas e outros participantes dos “erros modernos” anunciados pelo papa Pio IX.¹⁰

O culto a Maria, por sua vez, desdobrado em variadas práticas devocionais e na criação de associações como a das Filhas de Maria – na paróquia Santa Teresa D’Ávila elas surgiram em 1928 –, haveria de formar mulheres dóceis e submissas à Igreja e à sociedade, fossem elas casadas ou freiras.

Contudo, a documentação produzida sobre a Escola Santa Teresinha não apresenta elementos para se investigar como esses modelos apregoados pela Igreja Católica e disseminados pelas capuchinhas foram apropriados pelos estudantes. A exemplo do que ocorreu com a própria congregação feminina, que, a despeito da formação para a submissão que recebeu, foi se emancipando da tutela dos padres e dos bispos, pode-se concordar com Certeau (2009, p. 248) quando diz: “é sempre bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas”.

10

O papado de Pio IX (1846-1878) se esmerou para implantar um catolicismo centralizado em Roma e subordinado ao papa. Nessa linha, publicou a encíclica *Quanta cura* (1864) com um anexo - *Silabo* - contendo os erros mais perigosos da modernidade: liberalismo, positivismo, socialismo, protestantismo e maçonaria.

FIGURA 3

ALUNOS DO JARDIM II/ALFABETIZAÇÃO DA ESCOLA SANTA TERESINHA - 1968



Fonte: Da página do Facebook do ex-aluno Carlos Alberto Brandão.

Dessa forma, pode-se entender que há dois ou mais sentidos possíveis para a ação de se assimilar uma ordem instituída: no caso da educação religiosa, o estudante pode “tornar-se semelhante” àquilo que absorve ou “torná-lo semelhante” ao que se é, fazê-lo próprio, apropriar-se dele. Com base nessa tese, é possível fugir de uma concepção de que há um público passivo e sem papel histórico, portador de uma ideologia do consumo-receptáculo, afirma Certeau (2009, p. 238-248).

Por outro lado, novas concepções e práticas piedosas só seriam instituídas na Escola Santa Teresinha e em muitos outros colégios católicos com o movimento de renovação da Igreja Católica por ocasião do Vaticano II, a partir de 1962 (CASTILHO, 2004; BEOZZO, 2005). Mesmo assim, é preciso matizar a força dessas práticas como instituidoras de uma realidade cotidiana, pois ex-alunos das décadas de 1960/70 não re-têm em sua memória a centralidade da formação religiosa, mas se reportam a outras coisas da vida escolar.¹¹

Uma delas é a qualidade de ensino ministrado nessa escola, que, na opinião deles, destacava-se das demais; portanto, ter passado pela “Santa Teresinha” trazia um prestígio social: “a formação integral que a escola me deu me credencia para qualquer lugar onde eu for”, disse um deles.

Outra questão recorrente nas entrevistas é a condição social dos alunos: os entrevistados pertenciam às famílias de menor poder aquisitivo e, com certeza, por esse motivo guardaram em suas memórias vários aspectos do cotidiano escolar que os diferenciavam dos colegas ricos: tipo de transporte utilizado para ir à escola (os pés!); dificuldade para comprar materiais didáticos; redação “criativa” sobre as férias, com

¹¹ Conforme se apurou em outra frente de pesquisa pautada na coleta de fontes orais. Até o momento foram entrevistados os ex-alunos: Carlos Alberto Brandão, Domingas M. Batista e Rosilene Mota. No Facebook de Carlos Alberto Brandão há outras dezenas de depoimentos em fase de sistematização.

viagens muitas vezes inventadas! São mencionadas também a estrutura física e de apoio da escola, a sistemática de ensino, algumas disciplinas e as regras e normas materializadas, em especial, no uso do uniforme e na prática de educação física masculina.

Eles lembram, ainda, das datas comemorativas cívicas e religiosas: aniversário da escola; dia dos pais; das mães; da criança; dos professores; 7 de setembro com desfiles que não deixaram saudade, uma vez que exigiam muito sacrifício (acordar de madrugada, ficar esperando a hora de desfilar, etc.); e o extraordinário dia de São João, ocasião de divertimento porque era dia de muitos namoricos! Em suma, parece que a vida social nesses espaços – e não a educação religiosa que se recebia neles – fazia a escola ser “a coisa principal da nossa vida”.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Finalmente pode-se inferir que desse relevante campo de observação – a Escola Santa Teresinha de Imperatriz e a congregação das capuchinhas – é possível vislumbrar parcela da história da educação maranhense, com destaque para os sinais que permitem detectar a existência de um processo de construção de uma verdadeira rede educacional católica organizada pela Igreja no interior do Maranhão, que, provavelmente, se fez nos moldes aqui assinalados e em outros que devem ser explorados em estudo posterior.

Mas uma coisa é certa: instaurado pelos capuchinhos italianos, esse movimento de abertura de escolas elementares com fins religiosos foi fortalecido pelas capuchinhas brasileiras. Nessa direção, elas sediaram no Maranhão – e não no Pará, onde nasceu o instituto, ou no Ceará, onde estabeleceram a Casa Geral – o maior número de escolas fundadas ou dirigidas por sua congregação, atingindo as cidades de Barra do Corda (1910), São Luís (três fundações: 1913, 1948 e 1958), Grajaú (1922), Turiaçu (1923), Carolina (1935), Caxias (1937), Presidente Dutra (1948), Morros (1949), Codó (1957), Balsas (1958), Esperantinópolis (1960) e a emblemática Imperatriz!

É preciso investigar mais esse fazer docente (feminino e masculino) em rede nas terras maranhenses.

REFERÊNCIAS

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. A caminhada histórica da Escola Santa Terezinha. In: CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS. *Escola “Santa Teresinha”: 60 anos de vida (1924-1984)*. Imperatriz, 1984.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965*. São Paulo: Paulinas, 2005.

BEOZZO, José Oscar et al. *Tecendo memórias, gestando futuro: história das Irmãs Negras e Indígenas Missionárias de Jesus Crucificado (MJC)*. São Paulo: Paulinas, 2009.

BRANDÃO, Carlos Alberto. *Facebook: depoimentos de ex-alunos*. Disponível em: <<http://www.facebook.com/carlosalberto.brandao.9>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CASTILHO, Utilia Rodrigues. *Irmãs missionárias capuchinhas: uma história de amor (feita de luzes e sombras) 1904-2004*. Fortaleza: Congregação das Irmãs Capuchinhas, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 6. ed. Campinas: Papirus, 2010.

_____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. v. 1.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. 4. ed. rev. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 1983. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 01 jul. 2013. Versão portuguesa.

COMBLIN, José. Situação histórica do catolicismo no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 142, set. 1976.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS. *Revista do Centenário das IMC*. Fortaleza, 2004.

_____. *Subsídios históricos*. Fortaleza, 1976. Mimeografado.

CRUZ, Mariléia dos Santos; ANJOS, Pâmela D. C. da Silva dos; RIBEIRO, Fernanda Sena. Ação missionária capuchinha no sul do Maranhão: escolarização como instrumento de expansão da fé católica. In: CRUZ, Mariléia dos Santos (Org.). *História da educação de Imperatriz: textos e documentos*. Imperatriz: Ética, 2012.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida Correia. *A invenção do cotidiano feminino: formação e trajetória de uma congregação católica*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2014.

DEBESSE, Maurice A. Renascença. In: DEBESSE, Maurice A.; MIALARET, Gaston (Org.). *Tratado das ciências pedagógicas: história da pedagogia*. São Paulo: Nacional; Edusp, 1977. v. 1.

EBY, Frederik. *História da educação moderna*. Porto Alegre: Globo, 1962.

FERNANDES, Henrique Costa. *Administrações maranhenses: 1822-1929*. 2. ed. São Luís: Instituto Geia, 2003.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HILSDORF BARBANTI, Maria Lucia Spedo. *Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens*. 1977. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

_____. *O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LANGLOIS, Claude. *Le catholicisme au féminin. Les congrégations françaises à supérieure générale au XIXe siècle*. Paris: Les Editions du Cerf, 1984.

LEONARDI, Paula. *Além dos espelhos: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas*. São Paulo: Paulinas, 2010.

LIVRO de tombo da Escola Santa Teresinha: 1926-1945. Imperatriz: s.d. v. 1. Manuscrito.

LIVRO de tombo da Escola Santa Teresinha: 1946-1961. Imperatriz: s.d. v. 2. Manuscrito.

LIVRO de tombo da Escola Santa Teresinha: 1961-1978. Imperatriz: s.d. v. 3. Manuscrito.

LIVRO de tombo da Paróquia Santa Teresa D'Ávila: 1920-1937. Imperatriz: s.d. Cópia digitada.

LIVRO de Tombo do Instituto de Índios de Barra do Corda: 1901-1915. Barra do Corda: s.d. v.1. Manuscrito.

LIVRO de visitantes da Escola Santa Teresinha: 1937-1966. Imperatriz: s.d. Manuscrito.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da Antiguidade aos nossos dias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

NEMBRO, Metódio. *Frei João Pedro: missionário capuchinho superior e fundador*. Tradução de Antônio Angonese. Fortaleza, 1998. v. 1.

_____. *I cappuccini nel Brasile: missione e custodia del Maranhão (1892-1956)*. Milano: Centro Studi Cappuccini Lombardi, 1957.

_____. *São José de Grajaú: primeira prelazia do Maranhão*. Fortaleza: Edições A Voz de São Francisco, 1955.

PARAIBA. Igreja de Paranaíba (PI). Século XX. Fotos históricas.

ROSADO-NUNES, Maria José F. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

SILVA, José Nilson Oliveira; CASTRO, Gisilda Maria Pereira de (Org.). *Escola Santa Teresinha: 80 anos educando vidas*. Imperatriz: Ética, 2004.

WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987.

MARIA APARECIDA CORRÊA CUSTÓDIO

Professora adjunta e coordenadora do Grupo de Pesquisas sobre História das Instituições, Práticas Educativas e Sujeitos Históricos da Universidade Federal do Maranhão – UFMA –, Imperatriz, Maranhão, Brasil
mapcocustodio@yahoo.com.br

